



2929 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

O CONHECIMENTO DA REALIDADE: UM INTERLÚDIO PELA FILOSOFIA E PELA EDUCAÇÃO  
Antonio Macedo dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

O Texto aborda o problema do conhecimento, ou seja, da relação sujeito-objeto em vista de oferecer uma síntese de algumas escolas filosóficas que tratam do problema e também da contribuição da Pedagogia histórico-crítica. As escolas abordadas são o Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo, mais exatamente o materialismo histórico-crítico. A ênfase do trabalho está no conceito de “mediação” que, na concepção dos autores arrolados no texto, é essencial para que o ser humano conheça a realidade que o produz.

## INTRODUÇÃO

De modo geral o pensamento filosófico é o pensamento a respeito da vida dos homens. Quando os pré-socráticos começaram suas reflexões acerca do fundamento último do cosmo não estavam interessados em saber algo sobre o cosmo que explicasse apenas ele mesmo. Aqueles pensadores buscaram uma explicação a um problema realmente inquietante para eles: como as coisas nascem, se desenvolvem e morrem, de modo eterno e cíclico? O que há no mundo que permite que os homens o conheçam e ao mesmo tempo se conheçam? Daí surgiram as mais variadas explicações que geralmente são designadas na noção de *logos*.

Estas primeiras explicações foram sendo criticadas e substituídas por outras. Assim Platão, Aristóteles, Plotino e boa parte da filosofia posterior forjou novas interpretações e sínteses. Se os problemas e a noção de mundo mudaram permanece uma coisa imutável: o fato de que o ser humano tem uma relação com os objetos exteriores a eles. Essa relação sujeito-objeto é que chamamos de “conhecimento”.

Conhecimento de quê? Da realidade. Neste breve texto apresento alguns aspectos desse processo de conhecimento. Esses aspectos são de origem filosófica e também pedagógica. Meu objetivo é o de tecer uma síntese de algumas das mais conhecidas concepções filosóficas do conhecimento da realidade – entendendo como real também a vida social – que permita um entendimento mais completo para uma inicial reflexão acerca da questão. O esforço do conhecimento confiável a respeito do social foi premente nos séculos XIX e XX. Por isso acentuarei três escolas de filosofia e seus esforços em explicar o fato social como uma realidade. Mas não explicação que não passe pela educação. Educação é explicação do mundo, pois o mundo, especialmente o social é seu *instrumentum laboris*.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, *O positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético como vias para o conhecimento da realidade*, exponho as escolas de pensamento que mais especificamente abordaram o tema. O materialismo histórico-dialético será o centro das atenções. Na segunda, *A dialética e a realidade concreta*, trago as interessantes contribuições do filósofo tcheco K. Kosík, um intérprete intrépido do pensamento marxiano. Na última seção, *A categoria da mediação e a pedagogia histórico crítica*, apresento a dita pedagogia, cujo o expoente mais qualificado é D. Saviani, e sua elaboração nos moldes do materialismo histórico crítico. Poderá o leitor identificar alguns pontos de contato entre a segunda e a terceira seção, especialmente quanto o conceito de mediação.

Metodologicamente cabe notar que as fontes básicas são três: A. Triviños, K. Kosik e D. Saviani. Por isso tantas referências lhes serão feitas. Dadas essas preliminares informações passo agora ao primeiro tópico.

## O POSITIVISMO, A FENOMENOLOGIA E O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO VIAS PARA O CONHECIMENTO DA REALIDADE

No esforço de ajudar o ser humano a conhecer a realidade, o pensamento filosófico desenvolveu não poucas tendências epistemológicas ao longo de sua milenar história. Idealismos, como o platônico e o cartesiano, empirismos como os de Bacon, Locke e Hume, e teorias muito complexas, como a de Kant, figuram como sofisticados sistemas de acesso ao conhecimento.

Há ainda outro leque de propostas filosóficas para dar conta da relação sujeito-objeto, tais como a fenomenologia, o positivismo e o materialismo histórico-dialético. Elas têm algo em comum: não são apenas teorias do conhecimento clássico, mas envolvem o conhecimento da realidade social. Vejamos, pois, quais são, contribuições de cada uma delas.

### 1.1 O POSITIVISMO

1. Comte foi o fundador do Positivismo. No pensamento dele, conforme Triviños (1987), pode-se distinguir três concepções fundamentais do Positivismo. A primeira é que se trata de uma filosofia na qual encontra-se a célebre formulação dos três períodos da evolução do pensar humano: teológico, metafísico e o positivo. A segunda é uma fundamentação e classificação das ciências (Matemática, Astronomia, Física, Química, Fisiologia, etc.) e a terceira e última é a elaboração de uma disciplina para estudar os fatos sociais, a sociologia, que num primeiro momento ele denominou de física social. Numa outra definição, mais precisa e direta, o autor resume o conceito de positivismo afirmando que “Positivo” quer dizer: real em oposição ao quimérico, útil em oposição ao ocioso; guia para a certeza evitando o incerto; eleva o espírito ao preciso e evita o vago; contrário ao negativo (TRIVIÑOS, 1987).

O positivismo surgiu como uma reação ao idealismo alemão, que dominava o pensamento europeu na época. Assim, se o idealismo exalta o pensamento puro, o positivismo exalta os fatos. Segundo Conte, afirma Triviños (1987), a explicação dos fatos, para o positivismo, resume-se à ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais. Para ligá-los é necessária uma teoria. É necessário também um conhecimento especializado, mas atento à não exageração dessa especialização. Este é o chamado positivismo clássico.

O espírito positivista só aceita a realidade dos fatos, fatos que possam ser observados. Tendo os fatos como único objeto da ciência, a atitude positivista consistia em descobrir as relações entre as coisas. Para atingir isto, nas ciências sociais, criaram-se instrumentos e estratégias e se privilegiou a estatística e através dela, o conhecimento social deixou de ser subjetivo, alcançando a "objetividade científica". Não o *porquê*, mas o *como* se produzem as relações entre os fatos é o que mais interessa ao pensamento positivo. O cientista se limita a verificar o que as coisas são e fica nessa verificação apenas. Seu papel é exprimir a realidade, não julgá-la (1987).

O positivista, seja o de corrente *fiscalista* seja o *lógico* – essa distinção entre "lógico" e "fiscalista" nem sempre é observada, pode-se mesmo entender o fiscalismo, positivismo lógico e neopositivismo como expressões sinonímicas (ARAUJO, 2012) – reconhecia apenas dois tipos de conhecimentos verdadeiros: o empírico, representado pelos achados de ciências naturais, o mais importante; e o lógico, constituído pela lógica e pela matemática (TRIVIÑOS, 1987).

Depois do surgimento do Positivismo e sua leitura dos fatos a filosofia se deparou com uma nova escola de pensamento que também estuda os fatos, ou melhor, os fenômenos, mas buscando ir além deles, distinguindo entre o que aparece e o que é essencial. Foi a fenomenologia.

## 1.2 A FENOMENOLOGIA

Para Triviños (1987) a fenomenologia, a filosofia, como "ciência rigorosa", deveria ter como tarefa estabelecer as categorias puras do pensamento científico. Assim, a fenomenologia se apresenta como *estudo das essências* e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, da consciência, por exemplo. É também uma filosofia que substitui as essências na existência e pensa que só pode conceber o homem e o mundo a partir de sua *facticidade*. Trata-se de uma filosofia *transcendental* que põem tudo em suspenso para que haja compreensão. É ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração com sua gênese psicológica e com as explicações causais que o sábio, o historiador, ou o sociólogo possam dar sobre ela. É uma descrição, não uma análise ou uma explicação.

O primeiro problema que coloca Edmond Husserl, fundador da fenomenologia, é o da "questionabilidade do conhecimento". Como pode o conhecimento estar certo de sua consonância com as coisas que existem em si, de as atingir? O exame do conhecimento precisa de um método e esse método é o fenomenológico, pois a "fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência do conhecimento" (1987).

A possibilidade do conhecimento não se encontra no conhecimento transcendente das ciências, estas não são sistemas de verdade, mas apenas fenômenos das ciências. Para determinar a possibilidade do conhecimento, em primeiro lugar, é imperativo o questionamento do conhecimento, ou seja, a colocação entre parênteses das crenças e proposições sobre o mundo natural. O segundo passo do método fenomenológico é a *redução fenomenológica* na forma de uma *redução eidética* das coisas, redução à forma, à ideia essencial – pois *eidós* é "ideia" em grego –. Trata-se enfim de uma *redução transcendental*. Através dela se questiona a existência mesma da consciência que elimina o que a ela é dado e se dirige a sustentar sua *pureza intencional*. Assim surge, segundo Husserl, a consciência pura (ARAUJO, 2012; TRIVIÑOS, 1987).

O conceito de intencionalidade é capital na fenomenologia de Husserl e significa a característica da consciência de estar orientada para um objeto. O conhecimento só é possível se o entendimento estiver atraído por um objeto. A fenomenologia exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência. Por isso na pesquisa, eleva o ator, com suas percepções dos fenômenos, sobre o observador positivista. A fenomenologia ressalta a ideia de ser "o mundo criado pela consciência". A educação era vista principalmente como agente da socialização. A realidade é construída socialmente (TRIVIÑOS, 1987). Com efeito, esta última ideia também é cara ao materialismo histórico-dialético de Marx.

## 1.3 O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O marxismo compreende três aspectos fundamentais: materialismo dialético, materialismo histórico e a economia política. O materialismo dialético, de acordo com Triviños (1987) é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para o fenômeno da natureza, da sociedade e do pensamento. O materialismo dialético significa a superação do materialismo pré-marxista, de modo especial aquele de matriz filosófica pré-socrática e aquele de tipo hegeliano. Este materialismo, o de Marx, se baseia numa concepção dialética do mundo. As raízes do pensar humano – matéria e espírito – se unem para uma concepção científica do mundo, enriquecida com a prática social da humanidade.

A filosofia, na concepção do materialismo dialético, tem como propósito fundamental o estudo das leis mais gerais que regem a natureza, a sociedade e o pensamento e como a realidade objetiva se reflete na consciência. Isto leva ao estudo da teoria do conhecimento e à elaboração da lógica. Através do enfoque dialético da realidade, o materialismo dialético mostra como se transforma a matéria e como se realiza a passagem das formas inferiores às superiores. De acordo com Triviños (1987), uma das ideias mais interessantes do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade.

Já o materialismo histórico, ainda na esteira de Triviños, é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Esse materialismo ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou (1987).

Grosso modo pode-se dizer que a concepção materialista apresenta três características principais. A primeira é a *materialidade do mundo*, isto é, de todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam na realidade são materiais; que todos eles são aspectos diferentes da *matéria em movimento*. A segunda ressalta que a *matéria é anterior*. Isto significa reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que esta existe objetivamente, que se constitui numa realidade. Por último, o materialismo afirma que o mundo é conhecível (TRIVIÑOS, 1987).

Esta fé na possibilidade que o homem tem de conhecer a realidade se desenvolve gradualmente. No começo apenas o homem pode distinguir o objeto, fenômeno ou processo por sua qualidade. Só depois de um processo que pode levar anos ou séculos o homem é capaz de conhecer aspectos quantitativos, a essência, a causa, etc. Este materialismo é também gnosiológico, pois estuda o conhecimento e a teoria do conhecimento como expressões históricas. Ele está organizado em categorias e leis.

### 1.3.1 Categorias e leis da dialética

Tanto as categorias quanto as leis da dialética refletem as chamadas "leis naturais do ser, as ligações e os campos universais da realidade objetiva" (TRIVIÑOS, 1987). As categorias refletem "as propriedades e os aspectos universais da realidade objetiva" (TRIVIÑOS, 1987). A categoria essencial do materialismo dialético é a *contradição*.

A lei fundamental é a *unidade e luta dos contrários*, ou *contradição*. Entre a categoria e a lei da contradição existem diferenças notáveis. A lei reflete e fixa o fato de que há a luta entre os contrários que se excluem e, ao mesmo tempo, estão unidos. Esta luta, em última análise, leva à solução da dita contradição e à passagem da coisa de um estado qualitativo a outro (TRIVIÑOS, 1987).

Entretanto, a categoria da contradição, ao mesmo tempo que se refere ao conteúdo da lei mencionada, estabelece, por exemplo, que a contradição é uma *interação* entre aspectos opostos, distingue dois tipos de contradição (interna, externa, essencial, não essencial...) determina o papel e a importância que ela tem na formação material e ressalta que a categoria da contradição é a origem do movimento e do desenvolvimento (TRIVIÑOS, 1987).

As outras categorias, além da contradição, são a matéria, a consciência e a prática social. A matéria, é uma forma universal de relação do homem com o mundo, que reflete as propriedades e as leis mais gerais e essenciais da natureza, da sociedade e do pensamento. Essa matéria serve ainda para designar a realidade objetiva que é refletida pelas sensações. Essa realidade objetiva existe independentemente das relações. O autor destaca três grandes formas de desenvolvimento da matéria. Os que são característicos da natureza inorgânica, os da natureza orgânica e os da vida em sociedade (TRIVIÑOS, 1987).

A consciência enquanto categoria, pressupõe a evolução da matéria, do inorgânico ao orgânico e deste ao social. Nesta lenta evolução com toda a sua complexidade se cumpriram processos, transformações infinitas, etapas que se estão desenvolvendo e que alcançarão outras manifestações no futuro, afirma Triviños (1987).

O trabalho e a linguagem estão intimamente interconectados ao desenvolvimento da consciência, na sua capacidade de refletir a realidade objetiva. A mão, dizia Engels, não é só o instrumento de trabalho, é também o produto dele. O aperfeiçoamento do trabalho contribui necessariamente para que os membros da sociedade se aproximassem mais uns dos outros, uma vez que multiplicava os casos de apoio mútuo de cooperação comum, e clarificava a consciência da utilidade desta cooperação para cada indivíduo (TRIVIÑOS, 1987).

A prática social e a teoria social são categorias filosóficas que designam os aspectos espiritual e material da atividade objetiva e sócio histórica dos homens. A teoria é resultado da produção espiritual social que forma os fins da atividade e define os meios de sua consecução. A filosofia de Marx enfoca a prática como atividade, como processo objetivo de produção material, que constitui a base da vida humana, e também como atividade transformadora revolucionária das classes que como outras formas de atividades social prática que conduzem à mudança do mundo (TRIVIÑOS, 1987).

No tocante às leis da dialética, o autor afirma que elas são essencialmente três: Lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, lei da interpenetração do contrários e lei da negação (TRIVIÑOS, 1987).

A primeira lei estabelece como se realiza, de que maneira os mecanismos atuam no processo de desenvolvimento das formações materiais. À simples vista, os objetos, as coisas e os fenômenos se distinguem entre si pela sua *qualidade*, pelo conjunto de propriedades que os caracterizam. Dessa maneira a qualidade representa o que o objeto é e não outra coisa. A distinção da qualidade do objeto, isto é, do objeto entre outros objetos é a primeira fase do conhecimento do objeto. A propriedade é um aspecto do objeto, isto é, o objeto tem várias propriedades. Uma propriedade pode até desaparecer, por isso conhecer as propriedades não é conhecer os objetos. Elas também não nos dão uma visão precisa a respeito da qualidade do objeto. Para alcançar esta é preciso conhecer as funções, a finalidade do objeto em relação a outros objetos. A qualidade de um objeto só é conhecida quando indicamos suas propriedades, a estrutura destas, a função e a finalidade (TRIVIÑOS, 1987).

A passagem das mudanças quantitativas às qualitativas é uma lei geral do desenvolvimento material. Já sabemos que estas mudanças se realizam quando se rompem os limites da medida. Mas as mudanças qualitativas, por sua vez, produzem mudanças quantitativas. Qualitativo e quantitativo são interdependentes (TRIVIÑOS, 1987).

A segunda lei é a da unidade da luta dos contrários, ou da contradição. Na origem do desenvolvimento existem elementos chamados *contrários*. Não podem existir um sem o outro apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível compreender a existência da burguesia sem o proletariado. Os opostos estão em interação permanente. É isto que constitui, conforme Triviños (1987), a contradição permanente, ou seja, a luta dos contrários. Essa contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos.

As contradições podem ser *antagônicas* ou *não antagônicas*. Um exemplo da primeira é o escravagismo x o capitalismo. Não há solução dentro do sistema estabelecido. As contradições *não antagônicas* apresentam-se na sociedade na qual os meios de produção têm sentido social. As contradições são resolvidas porque todos os grupos que existem na sociedade têm, em geral, os mesmos interesses, que se identificam com o bem-estar coletivo (TRIVIÑOS, 1987).

A terceira lei é a da negação da negação, que nos faz compreender qual quais as relações entre *antigo* e *novo* no processo de desenvolvimento dos fenômenos. O progresso é progresso em espiral. Nele se reconhece que o desenvolvimento tem um caráter contraditório, que é possível que em determinadas etapas se repitam, com nova qualidade, fases do fenômeno que já foram passadas (TRIVIÑOS, 1987).

Como vimos, há na reflexão filosófica um árduo esforço em determinar modos de ver e viver a vida. A dialética marxista exerceu (e exerce) não pouco fascínio na sua proposta de leitura da realidade. Mas como ela entende essa realidade?

## 2. A DIALÉTICA E A REALIDADE CONCRETA

Segundo K. Kosík (1926-2003), a dialética trata da "coisa em si". Todavia, essa coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Em face da realidade, ainda de acordo com o autor, a atitude primordial do homem é a de um ser que age objetivamente e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de situações sociais (KOSÍK, 1995).

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com a sua regularidade, imediatismo e evidência penetram na consciência dos indivíduos agentes assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. A este pertencem o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; a manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens, que não coincide com a prática crítica e revolucionária da humanidade e as representações

comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens e não frutos de suas atividades prático-sociais (KOSÍK, 1995).

Como assinala Kosík, captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele momento e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como essência mesma e a diferença entre essência e fenômeno desaparece. A realidade é a unidade do fenômeno e da essência (KOSÍK, 1995).

Mas, problematiza Kosík, por que a coisa em si não se manifesta imediata e diretamente? A resposta que ele dá chega a ser lapidar: "se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis" (KOSÍK, 1995).

Segundo Kosík, a destruição da pseudoconcreticidade como método crítico-dialético, graças à qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade, é apenas o outro lado da dialética, como método revolucionário de transformação da realidade (KOSÍK, 1995).

O mundo real, ocultado pela pseudoconcreticidade, como sublinha o autor de *Dialética do concreto*, é o mundo da *práxis* humana. É a compreensão da realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura. Trata-se de um mundo no qual as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social e este mesmo homem se revela como sujeito real do mundo social. O mundo da realidade não é uma variante secularizada do paraíso, de um estado já realizado e fora do tempo; é um processo no curso do qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam a humanização do homem. A pseudoconcreticidade é justamente a produção autônoma dos produtos do homem e a redução ao nível de *práxis* utilitária. A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade (KOSÍK, 1995).

De acordo com Kosík (1995), como as coisas não se mostram aos homens tais e quais são, a humanidade tem de fazer um *desvio* para conhecer as coisas em sua estrutura. Ele se esforça em sair do "estado natural" para chegar a ser verdadeiramente homem. Um processo que envolve também o conhecimento da realidade como tal. Esse conhecimento se dá devido ao fato de que, para conhecer as *coisas em si*, deve primeiro transformá-las em coisas *para si*; para conhecer as coisas como são independentes de si, tem primeiro de submetê-las à *própriapráxis*.

As coisas estão num todo que o homem percebe como um pano de fundo indeterminado. Desde uma vital, caótica e imediata compreensão deste todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstrações e depois se retorna ao ponto de início. Kosík observa que desta vez, todavia, não mais como ao vivo e incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido. Para chegar a este ponto, usou-se um *desvio*, como antes foi assinalado. O filósofo esclarece então que este desvio que permite o conhecimento da totalidade consiste na *mediação da abstração* (KOSÍK, 1995; FRIGOTTO, 1997).

Essa dialética da totalidade não é um método que pretenda ingenuamente conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro total da realidade; é uma teoria da realidade e do conhecimento que dela se tem como realidade (KOSÍK, 1995).

Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade, conforme Kosík (1995) é um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos. Neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, se atinge a concreticidade, completa o filósofo.

O sujeito que conhece o mundo, observa o filósofo tcheco, e para o qual o mundo existe como cosmo ou ordem divina ou totalidade, é sempre um sujeito social. A realidade humano-social é tão realidade quanto esse cosmo, embora não seja a mesma realidade. A realidade social só não é conhecida como totalidade concreta se o homem no âmbito da totalidade é considerado apenas e sobretudo como objeto e na *práxis* histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como sujeito (KOSÍK, 1995).

A totalidade concreta como concepção dialético-marxista do conhecimento do real significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social. Se o conhecimento não determinou a destruição da pseudoconcreticidade, se não descobriu, por baixo da aparente objetividade do fenômeno, sua autêntica objetividade histórica, assim confundindo a pseudoconcreticidade com a concreticidade, ele se torna prisioneiro da intuição fetichista, cujo produto é a má totalidade.

A má totalidade manifesta-se sob três aspectos fundamentais. O primeiro é o de ser uma totalidade vazia, à qual faltam os reflexos, a determinação dos momentos isolados e a análise. A totalidade vazia exclui os reflexos, isto é, a apropriação da realidade sob a forma de momentos isolados e a atividade do pensamento analítico. A segunda é a de ser uma totalidade abstrata, na qual o todo foi formalizado face às partes e se atribui uma "realidade superior" às tendências hipostasiadas, isto é, idealizada, exatamente como não previa o materialismo de Marx. Por fim, nessa má totalidade o autêntico sujeito foi substituído pelo sujeito mitologizado (KOSÍK, 1995).

### 3. A CATEGORIA DA MEDIAÇÃO E A PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

Em articulação com a "totalidade" e a "contradição" a "Mediação" compõe o arcabouço categorial básico da concepção da realidade e do conhecimento. A "Mediação" é uma categoria central da dialética que, de acordo com Saviani (2014).

Antes de tudo, Saviani explica a gênese desse conceito de Mediação através de sua inserção na Lógica Dialética. A lógica e a dialética são conceitos tão antigos quanto é antiga a filosofia. Todavia, apenas com Hegel os dois conceitos deram início a um só, significando "uma forma de pensar e método de conhecimento. Com Hegel se dá a sistematização dessa lógica dialética com a incorporação da contradição enquanto categoria do pensamento. Até aquele momento vigorava exclusivamente a lógica formal, baseada no *princípio de identidade* ( $A=A$ ) que excluía a contradição. Ela era, então, sinônimo de inverdade, falha no raciocínio (SAVIANI, 2014).

Interpretando de modo novo, Hegel elaborou uma lógica em que a contradição se tornou categoria explicativa de tudo o que existe. Permitiu assim a compreensão de que as coisas não são estáticas, mas se movimentam, se transformam e o princípio de movimento ou de transformação é a contradição. Para o filósofo, explica Saviani (2014), a dialética há uma marca idealista. A verdadeira realidade, para Hegel, é a Ideia (em si) que entra em contradição consigo mesma e se objetiva, sai de si, torna-se outro, se aliena gerando como resultado a natureza (ideia-fora-de-si). Esta última, ao tomar consciência de si assume a forma do espírito (ideia-para-si). De sorte que a ideia (tese) gera o seu oposto, a natureza (antítese) que, ao se tornar consciente no espírito humano resolve a contradição (síntese).

Marx, como já notamos na primeira parte do trabalho, percebeu a riqueza da filosofia Hegeliana, mas operou nela uma modificação: retirou o elemento idealista. Além disso inverteu a sua dialética. Não é a consciência humana determina a vida, mas, ao invés, é a vida que determina a consciência. Daqui Marx ter desenvolvido a dialética em bases materiais tendo, no ponto de partida, indivíduos reais produzindo os seus meios de vida e desencadeando a história como obra dos próprios homens. Por isso a concepção de Marx é chamada materialismo histórico-dialético.

A lógica dialética, enfatiza Saviani, é o processo de construção do concreto de pensamento (é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma do pensamento (é abstrata). Por aí se pode compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão ou incorporação a lógica formal. Ou seja, a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética. Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato. A construção do pensamento ocorre, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passando pelo abstrato e chega-se ao concreto (SAVIANI, 2014). Ou seja, a passagem do empírico ao concreto se dá pela mediação do abstrato, como refletimos na

seção anterior.

A categoria de mediação é central na pedagogia histórico-crítica a tal ponto que, para essa teoria pedagógica, formulada por Saviani, a educação é entendida como uma atividade mediadora no interior da prática social global. Como tal, o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa é a prática social. Daí decorre um método que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, fecunda cabendo aos momentos intermediários do método de identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização) dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentalização) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2014).

Neste esquema acima exposto, Saviani apresenta a metodologia da pedagogia histórico-crítica. Vimos um esquema parecido na exposição de K. Kosik (1995). Segundo o autor, o ponto de partida metodológico da pesquisa histórico-crítica é a *prática social*, que é comum a professores e alunos. Essa prática comum, porém, é vivenciada diferentemente pelo professor e pelos alunos, enquanto o professor tem uma visão sintética da prática social, ainda que na forma de síntese precária, a compreensão dos alunos manifesta-se na forma sincrética. Em seguida, Saviani apresenta os momentos intermediários da mediação educativa no interior da prática social: problematização, instrumentalização e catarse. Assim, o segundo passo do método proposto pela pedagogia histórico-crítica é *problematização*, isto é, o ato de detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e como a educação poderá encaminhar as devidas soluções (SAVIANI 2014).

O terceiro passo é o da *instrumentalização*, entendida como apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. Pela mediação dos instrumentos teóricos e práticos apropriados manifesta-se o momento da expressão elaborada na nova forma de entendimento da prática social a que se ascendeu. Portanto, o quarto passo é o da *catarse*, entendida conforme Gramsci de elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência das pessoas. Saviani (2014) observa que este é o ponto culminante do processo pedagógico, quando ocorre a efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social.

Esta transformação social, ou a prática social, figura como ponto de chegada da educação. O último passo é a *própriprática social*, compreendida agora não mais como sincretismo pelos alunos. Neste momento, ao mesmo tempo que os alunos ascendem ao nível sintético em que já se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna cada vez mais orgânica (SAVIANI 2014).

Pode-se concluir, então, que, pela mediação do trabalho pedagógico, a compreensão e a vivência da prática social passam por uma alteração qualitativa, o que nos permite observar que a prática social do ponto de partida (primeiro passo) em confronto com a prática social do ponto de chegada (quinto passo) é e não é a mesma. É a mesma porque é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica. E uma vez que somos, enquanto agentes sociais, elementos objetivamente constitutivos da prática social, é lícito concluir que a própria prática se alterou qualitativamente, finaliza o educador brasileiro (SAVIANI, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo a que me propus ao iniciar este texto foi o de tecer reflexões a respeito do tema partindo das escolas filosóficas e da educação. Foi por essa razão que percorremos o itinerário do positivismo clássico, da fenomenologia e do materialismo histórico-dialético. Nas últimas páginas viu-se a proposta da pedagogia histórico-crítica.

O que mais chama a atenção é a concepção que se tem da realidade. Nas concepções que vimos, um pouco menos para o positivismo, se parte da realidade e ela se volta. Mas o que se encontra na volta é qualitativamente diverso.

O que houve com ela? Imprimiu-se nela uma marca. A marca do ser humano. A marca que ele produziu pelo seu trabalho, ou para dizer em termos marxianos, pela sua *práxis*. A realidade social é produzida pelo homem e neste processo o homem acaba por se criar. Nesse sentido já dizia Marx: a prática forma a consciência. Essa consciência avançará revisitando suas noções e revisando-as num processo de síntese, antítese e tese.

Avançará na medida que conhecer a concreticidade da realidade e eliminar a pseudoconcreticidade. Trata-se de um progresso em espiral pela história a fora...

## REFERÊNCIAS

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional** in FAZENDA, I. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toribido. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 14

SAVIANI, D. **O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural** in **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015, p. 26-43.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.